

S. P.
Prefeitura Municipal de Parapuã
Estado de São Paulo

LEI Nº 596 DE 30.12.1966.

Afonso João Lopes, Prefeito Municipal de Parapuã, Estado de S. Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas - por lei,.....

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PARAPUÃ, DECRETOU E ELE PROMULGA E SANCIONA; a SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica criada a Junta de Recursos Fiscais, para julgar, em segunda instância, os recursos interpostos pelos contribuintes do Município, dos atos e decisões sobre matéria fiscal, praticados por força de suas atribuições, pela chefia do Órgão Fazendário da Prefeitura.

Art. 2º - A Junta de Recursos Fiscais será composta de 6 (seis) membros, sendo 3 (três) representantes dos contribuintes e 3 (três) representantes da Prefeitura, todos nomeados pelo senhor Prefeito, com mandato de dois anos, que poderá ser renovado, observados, sempre, os §§ deste artigo. Da mesma forma, serão nomeados 6 (seis) suplentes para servirem, quando convocados, na falta ou impedimento dos membros efetivos.

§ 1º - Os representantes dos contribuintes, tanto os efetivos como os suplentes serão escolhidos pelo Prefeito dentre nomes integrantes de entidades representativas do comércio, da indústria e da agricultura, se houver, ou dentre os maiores contribuintes de impostos municipais.

§ 2º - Os representantes da Prefeitura, tanto os efetivos como os suplentes, serão de livre nomeação do Prefeito e escolhidos dentre os funcionários municipais versados em assuntos fazendários.

§ 3º - A Junta elegerá, anualmente, seu Presidente e Vice-Presidente, dentre os membros efetivos, sendo permitida a reeleição.

Art. 3º - A posse dos membros da Junta de Recursos Fiscais, realizar-se-á mediante termo lavrado em livro de atas da Junta, ao se instalar esta, ou, posteriormente, quando ocorrer a substituição de alguns deles perante seu presidente.

Art. 4º - Perde o mandato o membro que deixar de comparecer as sessões por 3 (três) vezes consecutivas, sem motivo justificado; em se tratando de representante da Prefeitura e ~~Alm~~ sendo ele Servidor do Município, a perda de mandato, por essa razão, constituirá falta de exação no cumprimento do dever e será anotada em sua vida funcional.

Art. 5º - A função de membro da Junta de Recursos Fiscais não será renumerada, constituindo serviço público relevante.

Art. 6º - A Junta de Recursos Fiscais reunir-se-á em local, dia e hora designados pelo seu Presidente, em comunicação feita a cada membro com a antecedência de, pelo menos 48 (quarenta e oito) horas, não podendo as reuniões ser realizadas com intervalo inferior a 5 (cinco) dias, uma da outra.

Art. 7º - O Prefeito designará um funcionário para secretariar os trabalhos da Junta.

A Art. 8º - A Junta de Recursos Fiscais cabe-
tomar conhecimento e decidir apenas dos recursos que ver-
sem sobre atos e decisões de que trata o Capítulo V, do -
Título II, do Código Tributário do Município, observados
os prazos e demais normas previstas.

Art. 9º - O funcionamento e a ordem dos tra-
balhos da Junta de Recursos Fiscais reger-se-ão pelo dis-
posto nesta Lei e por regulamento próprio, baixado pelo -
Prefeito Municipal.

CAPITULO II

Do Julgamento pela Junta

Art. 10º - A Junta de Recursos Fiscais só -
poderá deliberar quando reunida a maioria absoluta de se-
us membros.

§ único - As decisões serão tomadas por ma-
ioria de votos, cabendo ao Presidente, o voto de qualida-
de.

Art. 11º - Os processos serão distribuídos
aos membros da Junta mediante sorteio, garantida a igual-
dade numérica na distribuição.

§ 1º - O Relator restituirá no prazo de 10
(déz) dias, os processos que lhe forem distribuídos, com o
relatório ou parecer.

§ 2º - Quando fôr realizada qualquer dili-
gência, a requerimento do Relator, terá este novo prazo -
de 5 (cinco) dias, para completar o estudo, contando da -
data em que receber o processo, com a diligência cumprida.

§ 3º - Fica automaticamente destituído da -
função de membro da Junta o Relator que retiver processo -
além dos prazos previstos nos parágrafos 1º e 2º, salvo -
motivo de doença ou de ferimento de dilatação de prazo, -
por tempo não superior à trinta dias, em se tratando de -
processo de difícil estudo, quando o Relator o alague em
requerimento dirigido tempestivamente ao Presidente da -
Junta.

§ 4º - O Presidente da Junta comunicará a
destituição à autoridade competente, a fim de ser providen-
ciada a nomeação de novos membros ou suplentes.

§ 5º - Para cumprimento do disposto no pará-
grafo anterior em cada sessão, o Secretário fornecerá ao
Presidente a lista dos processos em atraso, a qual consta-
rá da ata.

§ 6º - Todas as vezes que o Prefeito, por -
sí ou por seus funcionários deixar de acatar as decisões
da Junta, caberá recurso a Junta Comum, custeadas as -
despesas pelo próprio Município.

Art. 12º - A Junta poderá converter em dili-
gência, qualquer julgamento; neste caso o Relator lançará
a decisão no processo, com o visto do Presidente, presse-
guindo-se imediatamente.

Art. 13º - Enquanto o processo estiver em
diligência ou estudo com o Relator, poderá o recorrente -
requerer ao Presidente a juntada de documentos, a bem de
seus interesses, desde que isso não protele o andamento -
do processo.

Art. 14º - Facultar-se-á a sustentação oral
do recurso, durante cinco minutos.

Art. 15º - A decisão, sob forma de acórdão,
será redigida pelo Relator, até oito dias após o julgamen-
to. Se o Relator fôr vencido, o Presidente designará pa-
ra redigi-la, dentro do mesmo prazo, um dos membros da
Junta, cujo voto tenha sido vencedor.

§ 1º - Os votos vencidos, quando fundamenta-
dos, serão lançados em seguida à decisão.

§ 2º - As conclusões dos acórdãos serão publicadas no órgão oficial do Município, ou por Edital, - sob designação numérica e com indicação nominal dos recorrentes.

§ 3º - As decisões importantes do ponto de vista doutrinário poderão ser publicadas na íntegra, a critério do Presidente.

CAPITULO III

Do pedido de esclarecimentos

Art. 16º - Da decisão da Junta de Recursos Fiscais que ao interessado se afigure omissa, contraditória ou obscura, cabe pedido de esclarecimentos, interposto no prazo de cinco dias da publicação dos acórdãos.

§ Único - Não será conhecido o pedido e a sua interposição não interromperá o prazo de decadência do recurso se, a juízo da Junta o pedido fôr manifestamente protelatório, ou visar indiretamente, a reforma da decisão.

Art. 17º - O pedido de esclarecimentos será distribuído ao Relator e será julgado preferencialmente na primeira sessão seguinte à data do recebimento na Junta.

CAPITULO IV

Da ordem dos trabalhos na Junta de Recursos Fiscais.

Art. 18º - O Presidente da Junta mandará - organizar pela secretaria particular, até a véspera do dia da reunião, a pauta dos processos, de acordo com os seguintes critérios preferenciais:

- I - Data da entrada do protocolo da Junta.
- II - Data do julgamento em 1ª Instância, e finalmente,
- III - Maior valor, se incidirem aqueles dois elementos de procedência;

§ Único - Terão preferência absoluta, para inclusão em pauta e para julgamento, os processos de que consta apreensão de mercadorias.

Art. 19º - Transitadas em julgado as decisões, a secretaria encaminhará o processo à Repartição - competente, para as providências de execução.

§ Único - Ficarão arquivadas na secretaria a petição do recurso e todas as peças que lhes disserem respeito.

Art. 20º - Os membros da Junta deverão declarar-se impedidos nos processos de seu interesse pessoal ou da sociedade de que façam parte, como, sócio, quotistas, acionistas, interessados, ou como membro da Diretoria e do Conselho Fiscal.

§ Único - Subsiste o impedimento quando, - nos mesmos termos, estiver interessado, parentes até o - terceiro grau.

Art. 21º - A Junta poderá representar ao - Chefe do Órgão Fazendário, para:

- I - Comunicar irregularidade ou falta funcional, verificada no processo, na instância inferior;
- II - Propôr as medidas que julgar necessárias a melhor organização dos processos.
- III - Sugerir providências de interesse público, em assuntos submetidos à sua deliberação.

Art. 22º - A Junta mandará cancelar, nos - processos submetidos à julgamento, as expressões descortesas ou inconvenientes, acaso usadas por qualquer das partes.

CAPITULO V

Da decisão final

Art. 23º - As decisões da Junta, constituem - última instância administrativa para recursos contra atos e decisões de caráter fiscal.

§ 1º - A decisão favorável ao contribuinte ou infrator, desde que a importância questionada seja superior à duas vezes o salário mínimo regional, obriga recursos de ofício para o Prefeito.


§ 2º - O recurso de que trata o parágrafo anterior, será interposto pelo prolator do despacho vencedor, no próprio ato da decisão, independentemente de novas alegações e provas.

§ 3º - O recurso de ofício devolve a Instância Superior o exame de todas as matérias em discussão.

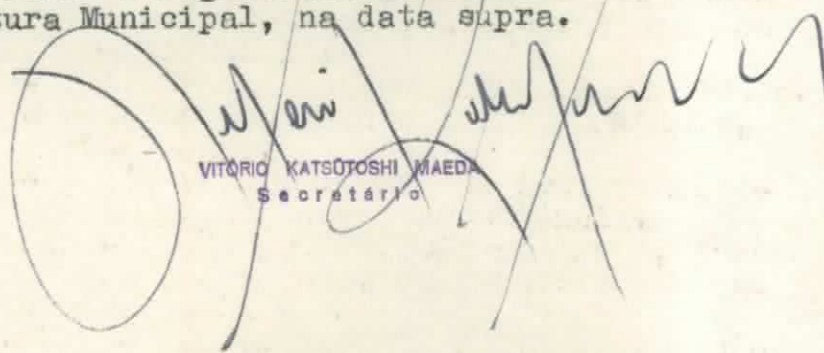
§ 4º - Não haverá recurso de ofício nos casos em que a decisão apenas procure corrigir erro manifesto.

Art. 24º - Esta lei entrará em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 1.967, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÁ, aos 30 de dezembro de 1.966.


AFONSO JOÃO LOPES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.


VITORIO KATSUTOSHI MAEDA
Secretário